



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 06, pp. 47542-47547, June, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.22059.06.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA NO BRASIL: EMANCIPAÇÃO OU PRECARIZAÇÃO?

¹Kátia Paulino dos Santos, ²Hermínia Gonçalves and ²Teresa Sequeira

¹Professora Adjunta e Reitora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Amapá, Brasil; ²Professora Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Investigadora efectiva do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD). Vila Real, Portugal

ARTICLE INFO

Article History:

Received 14th March, 2021

Received in revised form

08th April, 2021

Accepted 20th May, 2021

Published online 20th June, 2021

Key Words:

Economia solidária, Pobreza, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Política social.

*Corresponding author:

Kátia Paulino dos Santos

ABSTRACT

Os indicadores de pobreza e desigualdade no Brasil são nódoas históricas na realidade brasileira. Os quase 400 anos de economia escravagista e a desigualdade da organização fundiária são fatores agravantes, que contribuíram para solidificar a realidade da pobreza no cenário brasileiro. Como consequência, verifica-se a grande massa de desempregados como fato constante no Brasil e o elevado o número de trabalhos precários. A economia solidária passa a ser encarada como uma importante alternativa à lógica de exclusão ditada pela economia capitalista, com valores diferenciados como a solidariedade, a preocupação com o meio ambiente e o espírito de cooperação. Este segmento vem se destacando mundialmente como uma possibilidade econômica viável. No âmbito deste estudo prosseguimos o objetivo analisar as contribuições da economia solidária para a diminuição da pobreza, identificando os impactos na melhoria da realidade econômica dos associados, em empreendimentos mapeados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Copyright © 2021, Kátia Paulino dos Santos et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Kátia Paulino dos Santos, Hermínia Gonçalves and Teresa Sequeira. 2021. "Economia solidária como estratégia de combate à pobreza no Brasil: emancipação ou precarização?", *International Journal of Development Research*, 11, (06), 47542-47547.

INTRODUCTION

As transformações econômicas, científicas e tecnológicas vivenciadas no contexto global, bem como os significativos avanços relacionados aos direitos humanos, e, consequentemente, a idealização das políticas públicas, tem afetado a realidade econômica e social de vários países, sejam os mais ricos ou os emergentes. O Brasil insere-se no contexto dos países que ainda não alcançaram um *status* satisfatório de desenvolvimento e é marcado pelos indicadores alarmantes de desigualdade e pobreza. O Brasil é um país marcado por uma trajetória de desigualdade de renda e elevados índices de pobreza. A questão social no Brasil antecede o processo de industrialização e de assalariamento da população economicamente ativa, pois já surge no campo e nas cidades no final do século XIX, como herança da escravidão e do resultado do declínio econômico de regiões agrícolas do Nordeste. A Economia Solidária surge como alternativa econômica e social, com proposta significativamente inovadora, e com características que afrontam duramente a metodologia capitalista, uma vez que prossegue valores de solidariedade, sustentabilidade e autogestão. Face ao seu caráter inovador, a economia solidária tem ganho muito espaço como objeto de pesquisa em vários países do mundo. Este artigo visa compreender as implicações da economia solidária na redução da pobreza, estabelecendo como objeto de análise as percepções dos associados

de empreendimentos mapeados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. O estudo foi viabilizado por meio de pesquisa quanti-qualitativa, com ênfase em pesquisa bibliográfica e documental, incidindo em estudos brasileiros e internacionais sobre economia solidária e os relatórios de gestão da SENAES. Este estudo evidencia a elevação da renda entre os empreendimentos mapeados pela SENAES, bem como a ampliação da integração entre os seus membros e a melhoria da consciência política.

Questão social no Brasil: Trajetória da desigualdade e massificação da pobreza: O conceito pobreza adquiriu maior centralidade na agenda política internacional a partir dos anos 90, face à ênfase atribuída por organismos internacionais ao desenvolvimento social, tendo dado origem a mudanças nas políticas sociais, de ativação, focalização e compensação. Porém, ao mesmo tempo o conceito pobreza gera dúvidas em relação ao modo de medição. Segundo o Banco Mundial, a definição de pobreza consiste na "incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo" (Banco Mundial, 1990, p. 27), do qual podem ser destacadas duas questões diferentes: (i) O que é um padrão de vida mínimo? (ii) O que se entende por "incapacidade"? As questões remetem para a necessidade de avaliação e medir a pobreza, uma dimensão que o Banco Mundial clarifica: o padrão de vida mínimo deve ser avaliado pela capacidade de acesso ao consumo, sendo necessário calcular a despesa subjacente ao acesso a um padrão mínimo de nutrição e a outras necessidades

básicas e, ainda, perspectivar uma quantia que permita a participação da pessoa na vida cotidiana da sociedade. O Brasil é um país marcado por uma trajetória de desigualdade de renda e elevados índices de pobreza. A questão social no Brasil antecede o processo de industrialização e de assalariamento da população economicamente ativa, pois já surge no campo e nas cidades no final do século XIX, como herança da escravidão e do resultado do declínio econômico de regiões agrícolas do Nordeste. Com o passar do tempo, a questão social foi sendo definida: o passado colonial e escravista foi ficando para trás, enquanto a modernização econômica e a urbanização foram avançando sem que se tivesse resolvido a questão agrária, sem que o trabalho fosse valorizado como elemento fundamental na construção da nação, sem que houvesse políticas governamentais capazes de eliminar as marcas onipresentes da exclusão social e da desigualdade. E isso teve impacto direto sobre a formação do mercado de trabalho urbano, marcado pelo excedente de mão-de-obra que resultava do intenso fluxo de migração rural. (Giovanni & Proni, 2006, p. 169) Verifica-se que a proteção social no Brasil jamais conseguiu apoiar-se firmemente nas pilastras do pleno emprego, dos serviços sociais universais, tampouco, conseguiu construir até hoje, uma rede de proteção capaz de impedir a reprodução da pobreza e de produzir impactos de pobreza extrema em estratos sociais majoritários da população. (Bresser Pereira, 1978).

Foi apenas no final do século XX, com a Nova República e a Constituição Federal de 1988 que a cidadania legal do povo brasileiro começou a se delinear, pautando-se pela afirmação das liberdades individuais e combate à discriminação, pela democratização e ampliação da participação política e pela maior presença de movimentos organizados, e ainda, do reconhecimento da necessidade de resgate da dívida social e da adoção do princípio da universalidade na elaboração das políticas sociais. (Ivo, 2008). Carinhato (2008) ressalta que o momento de crise que o Brasil passava no início da década de 1990, pode ser sintetizado em desafios e contradições centradas num regime de altíssima inflação e incertezas quanto à condução política que seria tomada para uma nova tentativa de arrefecimento desse fenômeno econômico. Nessa acepção, buscou-se uma forma que se equaliza a aporia econômica e, simultaneamente, abriu-se espaço para um novo caminho na acumulação de capital, a financeira. Diante desse novo espectro, o Brasil, face ao histórico de “atrasos” de desenvolvimento, é sugado para uma nova etapa do capitalismo mundial. O sistema de proteção social que se pretendeu construir a partir de 1988 tinha o propósito de superar o legado do período autoritário e incorporar novos princípios básicos, já praticados em países com maior proximidade a modelos de providência, como a descentralização de competências, a universalidade da oferta pública de serviços, a procura de integralidade nas políticas, a transparência e a maior participação social na gestão dos programas sociais, assim como, a assistência emergencial aos segmentos afetados pelo desemprego e pela pobreza absoluta. (Giovanni & Proni, 2006).

São evidentes os problemas estruturais, bem como as elevadas dificuldades no processo de transição para um padrão moderno de providência que fosse convergente com a minimização dos impactos sociais que acirram as clivagens entre o povo brasileiro. O cenário de pobreza e fragilidade das políticas públicas é uma realidade no país. O ordenamento urbano nos grandes centros é revelador de que ainda estamos longe de alcançar o padrão mínimo de universalidade idealizado, uma vez que as favelas se espalham de forma impactante, contrastando-se apenas com uma minoria agraciada com melhores condições de moradia. A literatura confirma a existência de um efeito estrutural e de relação entre a localização territorial e a pobreza. A influência exercida pelos contextos resulta das oportunidades reais desiguais que se oferecem, nomeadamente ao nível da educação, do emprego, da habitação (Perira, 2019; Milbourne, 2014; Sen, 2000, Blank, 2004). A pobreza não deve ser definida de forma única e universal, apesar de apresentar traços dominantes comuns, relacionados com situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico.

A Comissão dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais das Nações Unidas, em 2001, refere-se à pobreza como condição humana caracterizada pela privação sustentada ou crônica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e de outros direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais. A abordagem conceitual da pobreza foi introduzindo a distinção, entre pobreza absoluta e pobreza relativa para permitir ponderar o caráter crônico e de privação. A noção de pobreza absoluta, enraizada na ideia de subsistência, é universalmente aplicável porque os padrões de subsistência humana são mais ou menos os mesmos para pessoas com idade e constituição física equivalente, por conseguinte, remete para uma medida invariável no tempo das condições de vida dos indivíduos e das sociedades. A linha de pobreza equivale a esta medida. A noção de pobreza relativa, enraizada no conceito de necessidades sociais, diz respeito ao estado de privação face a padrões de vida e de atividade próprios da sociedade em questão. Existem dificuldades de medição na formulação dos dois conceitos. É errado assumir-se que as necessidades humanas são idênticas em todo o lado, contudo, não é menos errado utilizar uma técnica comum para medir a pobreza absoluta determinando uma linha de pobreza, baseada no preço dos bens essenciais à sobrevivência, porque tais definições não consideram as variações nas necessidades humanas entre sociedades e no seio destas.

As transferências de renda têm sido fundamentais para alcançar níveis mínimos de consumo em populações extremamente pobres, pois, uma parte significativa dessas famílias têm uma relação precária com o mercado de trabalho, não lhe permitindo adquirir pela via dos rendimentos do trabalho, suficiência para a sobrevivência, ainda que as suas rendas respondam de maneira tênue em fases de expansão da economia. Esta situação é ainda mais premente em muitas famílias extremamente pobres, para as quais a transferência de rendimentos não é suficiente para enfrentarem a pobreza extrema, permitindo apenas diminuir um pouco a intensidade das privações. Sabe-se que, uma parcela da população pobre não recebe qualquer transferência de renda. Os baixos valores das transferências e os erros de medição da exclusão são os dois principais fatores que condicionam a efetividade do Programa Bolsa Família (PBF) no combate à pobreza extrema. (Osório, Soares & Souza, 2011). Verifica-se que o ritmo dos avanços sociais decorrentes dos efeitos sinérgicos de decisões de Estado, que se focam no fortalecimento da agenda de políticas voltadas à universalização de direitos sociais e à inclusão de segmentos populacionais historicamente excluídos, seguem um compasso diferenciado do grau existente de desigualdade e pobreza no País, devendo-se ressaltar, a propósito, que as mazelas existentes são bem mais intensas que as ações envidadas para seu combate. Neste sentido, destaca-se a necessidade de implementação de políticas públicas articuladas entre as três esferas de governo com níveis elevados de envolvimento e participação social da economia solidária. O resgate e ampliação da capacidade de planejamento, de investimento do Estado e de decisões de políticas sociais e econômicas que fortaleçam a proteção social, são tarefas cada vez mais necessárias à dinâmica social brasileira, diante da dimensão das desigualdades sociais contemporâneas.

ECONOMIA SOLIDÁRIA como instrumento de diminuição da desigualdade social: De acordo com Gaiger (2013), especialmente nos países periféricos em relação ao centro hegemônico mundial, sempre subsistiram práticas econômicas fundamentadas no trabalho e escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material atende a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Desde o século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas têm procurado assegurar condições de vida a importantes contingentes e, ademais, vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital. A economia solidária reedita essa estratégia histórica dos trabalhadores, vinculada umbilicalmente ao movimento operário em seus primórdios, mas dele posteriormente cindida em muitos lugares, por óbices políticos mais do que por singularidades supostamente irredutíveis.

Pensar outras alternativas deixa de ser uma opção, consubstancia-se numa necessidade real para a sustentabilidade do planeta e das relações produtivas e de sobrevivência como um todo. Morais e Lanza (2008) enfatizam que todo o processo de desemprego estrutural e a incapacidade de absorção da massa da população excluída pelo sistema capitalista do mundo do trabalho, associado a precarização da reestruturação produtiva e à flexibilização dos direitos trabalhistas, são fatores que convergem para uma mistura explosiva em qualquer tipo de organização de classe dos trabalhadores. Todas essas relações objetivas sendo alimentada pelas ideologias do capitalismo, que valoriza o individualismo extremado e a competitividade a qualquer custo, interferem diretamente na subjetividade dos indivíduos e naturalizam relações de dominação e exploração, tornando latente uma classe trabalhadora fragmentada, dificultando a formação da consciência de classe e consequentemente a sua luta política. Para Luizão e Antonello (2012), face às dinâmicas de competitividade e dominação a geração de postos de trabalho na sociedade capitalista resultam na exclusão socioeconômica de uma parcela significativa da população. Tal evidência determina a necessidade de comprometer o Estado com políticas públicas voltadas para esta realidade, tanto na escala nacional, estadual e local, no intuito de se obterem alternativas de enfrentamento da pobreza através do acesso a emprego e renda. Nesse contexto, o desenvolvimento da proposta da política pública assentada na Economia Solidária assume a finalidade de amenizar a pobreza, contribuindo para atenuar a exclusão socioespacial, pois viabiliza novas formas de trabalho.

Para Morais e Lanza (2008), diante desse quadro de crise do capital, associado à crise estrutural do emprego e fragmentação da classe trabalhadora, surge a reinvenção do ideário cooperativista autogestionário. Nasce em período de crise do capital e de grande crescimento da pobreza, experimenta um período de declínio motivado pela expansão do capital e reabsorção da força de trabalho, e ressurgiu na contemporaneidade face às novas crises do capital. A tendência será progressão da economia solidária, uma vez que se perspectiva uma contínua elevação da taxa de desemprego. Não se pode perder de vista que a economia solidária, mais do que um ideal de trabalho, é um arranjo desenvolvido pelos trabalhadores para ingresso no mercado de trabalho, frente ao avanço do desemprego. Apesar do ideário redistributivo e de garante do bem-estar social, o Estado enfraquece, abrindo espaço para o “faça você mesmo”, e para o discurso da solidariedade coletiva, como forma de manutenção de uma “utopia social possível”. Uma grande questão apresentada por Cole (1944) é que muitas empresas que nasceram como solidárias acabam por se adaptar ao capitalismo e reproduzir interações e práticas não solidárias. O caso mais notório foi o das cooperativas de consumo, com grande importância na Europa, que, optaram por assalariar os seus trabalhadores e administradores. Esta decisão provocou viva resistência por parte dos cooperadores mais antigos. O conflito foi travado em relação às cooperativas de produção criadas pelas cooperativas de consumo e sobretudo pela grande central cooperativa atacadista inglesa, que abastecia as demais. Os trabalhadores destas indústrias cooperativas tinham participação no capital, nas sobras e nas instâncias diretivas, além de dificilmente perderem o trabalho, mesmo em épocas de crise. Aos olhos dos demais trabalhadores, associados das cooperativas de consumo e, portanto, donos das cooperativas de produção, os que trabalhavam nelas estavam sendo privilegiados em relação à condição deles, de meros assalariados.

É fundamental levar em consideração que o Estado tem um papel indispensável para a melhora da qualidade de vida e do bem estar da população, enfatizando-se que medidas voltadas para a erradicação da pobreza tem que se tornar um objetivo nacional, que busque conduzir a uma nova hierarquia de prioridades, em que os ganhos sociais se sobreponham aos econômicos, e, principalmente, que a condição da pobreza e a realidade vivenciada no mundo contemporâneo com o desemprego estrutural, que remete uma grande parte da população em condições precárias de trabalho, ou mesmo sem emprego, tornem-se o cerne da discussão e da atenção de políticas públicas que visem desenvolver possibilidades de inclusão social mediante ocupações

alternativas, que não violem a dignidade humana. No tópico a seguir serão analisados os impactos e realidade da Economia Solidária na América Latina, e de uma maneira mais particular, no Brasil. Certamente que a decisão estratégica de fomentar uma política nacional de apoio à economia solidária contribuiu decisivamente para o alcance desta realidade. Importantes estratégias políticas foram adotadas, a exemplo do incentivo às conferências estaduais, regionais e nacional, e ainda dos mapeamentos nacionais de empreendimentos econômicos solidários. Percebe-se que tal movimento integra uma política de desenvolvimento que visa o empoderamento deste setor, que possui um importante potencial no desvendamento de uma secular problemática nacional, conhecida historicamente como questão social brasileira, cuja marca são os elevados indicadores de pobreza e dos bolsões de miséria.

Geiger (2007) enfatiza que o crescimento da economia solidária no Brasil é um fato notável nas duas últimas décadas, relatado em estudos panorâmicos e confirmado pelo primeiro mapeamento: 87% dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) registrados tiveram início posterior a 1990, 35% após 2002. Ao mesmo tempo, a articulação gradativa dos empreendimentos e das organizações de apoio resultou em estruturas representativas da economia solidária, culminando com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2003. Ao longo da década de 90 a construção das práticas de Economia Solidária no Brasil foi edificada em articulação social e política, reunindo os mais diversos agentes: organizações sindicais, ONGs, acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros. Ademais, esse campo congrega um grupo abrangente de organizações de apoio e de articulação, como as Incubadoras Universitárias Tecnológicas de Cooperativas Populares; a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG); a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS-CUT); organizações ligadas à Igreja Católica como a Caritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS); além de ONGs como o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), dentre outras. (SENAES, 2012)

A SENAES tem buscado, desde sua criação em 2003, fomentar, de forma efetiva, a Economia Solidária nacionalmente. No ano de 2009 investiu consideráveis recursos para a realização de Cursos de Formação em Economia Solidária, nos quais se objetivava esclarecer a temática para empreendedores identificados como solidários e representantes governamentais (prefeituras e estados) e para a sociedade civil organizada. Passada essa etapa de “esclarecimento”, no ano de 2010 a SENAES desencadeou uma importante etapa de fomento à economia solidária, o mapeamento de empreendimentos identificados como econômico-solidários, a fim de se mensurar não só a quantidade desses empreendimentos, mas a dimensão dessa “economia alternativa” no Brasil. Singer (2004) ressalta que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desde sua criação teve a missão de proteger os direitos dos assalariados. Os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados não figuravam com destaque na agenda do ministério. Por isso, o surgimento da SENAES representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano (já que pelo rural continuou sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura).

Economia solidária e a diminuição da pobreza no Brasil: revelações do último mapeamento: De acordo com Silva e Schiochet (2013), a superação da pobreza extrema no Brasil não é apenas um desafio político lançado pela presidenta Dilma, ao criar o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), é sobretudo uma oportunidade para a ampliação e fortalecimento de estratégias emancipatórias de redução de desigualdades socioeconômicas e regionais. Ressaltam que se trata de um fenômeno estrutural que faz parte da triste estatística mundial de cerca de 1 bilhão de pessoas que vivem com suas famílias abaixo da linha de pobreza, caracterizada por uma renda

Tabela 1. Forma de Organização por Região (2010-2012)

Forma de Org./ Região	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%	Brasil	%
Grupo informal	802	25,6	1.675	20,8	1.567	48,5	1.450	44,0	524	25,9	6.018	30,5
Associação	2.044	65,4	5.969	74,2	1.309	40,6	1.194	36,3	1.307	64,7	11.823	60,0
Cooperativa	273	8,7	368	4,6	318	9,9	606	18,4	175	8,7	1.740	8,8
Sociedade Mercantil	8	0,3	28	0,3	34	1,1	42	1,3	15	0,7	127	0,6
Total	3.127	100	8.040	100	3.228	100	3.292	100	2.021	100	19.708	100

Fonte: SENAES/2013.

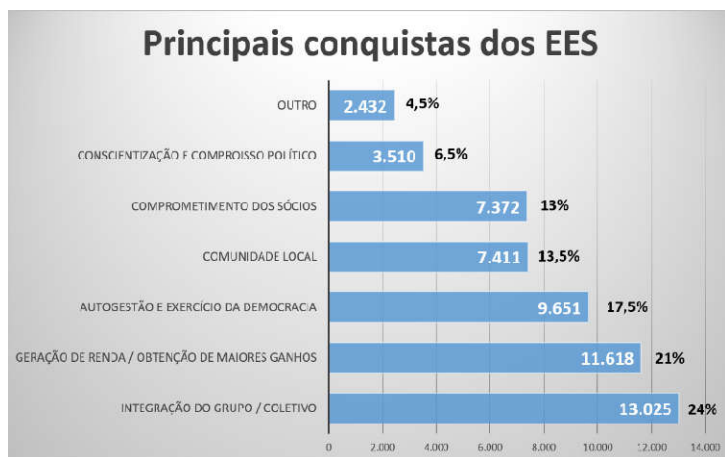


Gráfico 1: Principais conquistas dos empreendimentos

inferior a US\$ 2 por dia. A grande maioria encontra-se nos países em desenvolvimento. Tem sido fundamental a articulação entre as políticas de infraestrutura e de crescimento econômico com o incremento de políticas sociais que passam a ser compreendidas como fator de dinamização do desenvolvimento e não como um custo e um peso para a sociedade. O fortalecimento do mercado interno com as iniciativas de transferência de renda, com as obras de infraestrutura, com o crescimento do emprego, com os ganhos salariais e a ampliação do crédito para o consumo e para a produção, têm sido um diferencial importante do Brasil e de outros países emergentes no atual contexto da crise econômica mundial. O desenvolvimento da economia solidária só tem sido possível com a recuperação da capacidade de intervenção do Estado, como promotor do desenvolvimento, impulsionando as forças vivas da sociedade, superando a ideologia neoliberal que dominara as políticas públicas nos anos 1990. (Silva&Schiochet, 2013). O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária enquanto um instrumento para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil. (SENAES, 2013) Os dados do SIES, levantados no período de 2010 a 2012, demonstram que 72,7% dos empreendimentos receberam apoio ou assessoria externa, sendo que 40,6% de órgãos governamentais, 22,9% de ONGs, Igrejas ou associações, 20,4% do “sistema S”, etc. Segundo Gaiger (2009, p. 576), os “EES beneficiados com algum apoio apresentam um grau de desempenho global mais positivo do que os demais, exceto no caso de EES apoiados unicamente por órgãos governamentais”. Não há dúvidas que o envolvimento dos agentes externos qualifique o processo, a questão é sobre o espaço de decisão que estes agentes adquirem frente aos EES em seu cotidiano e em um plano maior – no FBES.

Gaiger (2007) ressalta que um amplo levantamento sobre a economia solidária se realizou no Brasil em 2006-2007, ficando conhecido como primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária, o qual foi idealizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pelo Governo Federal, com o apoio de universidades, instituições de pesquisa e ONGs. No período de 2010 a 2012 que foram mapeados 19.708 empreendimentos, sob a organização da Universidade do Vale

do Rio dos Sinos (UNISINOS), que ficou conhecido como o segundo mapeamento da economia solidária pela SENAES. Observou-se por meio do segundo mapeamento a distribuição regional dos EES e constatou-se que a participação relativa das diversas formas de organização é bastante diferenciada. Nas regiões Sul e Sudeste a participação de grupos informais é superior à média nacional (44% e 48,5%, respectivamente), conforme é destacado na tabela 10. Quanto à forma cooperativa, o destaque está na região Sul com uma participação de 18,4%, mais do que o dobro da média nacional (8,8%) e a região nordeste se destaca pela forma associativa. Nesta região 74,2% dos EES declararam que são organizados sob forma de associação. Sobre os impactos da economia solidária, o mapeamento revelou que maioria dos empreendedores entrevistados respondeu que a principal conquista do empreendimento é a integração do grupo (24%), resultado extremamente significativo, tendo em vista que a solidariedade é um dos principais valores a serem fomentados pela economia solidária. A segunda resposta mais incidente foi a obtenção de maiores ganhos (21%) com o empreendimento, o que revela o caráter positivo da economia solidária para a redução da pobreza, uma vez que demonstra a possibilidade de melhoria de qualidade de vida das pessoas envolvidas, e, conseqüentemente, em sua viabilidade econômica.

O mapeamento dos empreendimentos revelou como desafios a necessidade de ampliação da renda dos sócios (por mais que se tenha apresentado como um aspecto positivo entre os avanços destacados) e ainda o desejo de alcançar maior estabilidade em seus negócios. O mapeamento permite uma mudança nas análises e a rediscussão de teorias importantes, presentes no debate acadêmico e político. Os dados quantitativos e qualitativos obtidos permitem sublinhar os impactos das organizações econômicas, do ponto de vista das inovações que introduziram no modo de agenciar os seus recursos produtivos, humanos, materiais e assim responder a suas necessidades e objetivos. Embora os entrevistados manifestassem o desejo de que a renda obtida pelo empreendimento fosse maior, no questionamento relativo aos avanços provocados pela economia solidária destacaram a elevação da renda como a segunda resposta mais pontuada. Neste sentido, pode-se aferir a importância e representatividade da economia solidária para o melhoramento da situação econômica dos associados. Outros aspectos que também foram percebidos e destacados como impactos positivos foram a maior integração do grupo, que surge como a resposta mais incidente

no universo dos entrevistados, bem como o fortalecimento da ideia de autogestão e da democracia nas relações, o fortalecimento das comunidades locais e a conscientização e o comprometimento político. Resta explícito pela manifestação sobre a contribuição do empreendimento para a melhoria da renda dos entrevistados, que a economia solidária contribui de forma positiva para o combate à pobreza, foco central deste estudo. Ressalta-se, por oportuno, a necessidade de se ampliar o investimento na política de fomento à economia solidária, com vistas à ampliação da rede de abrangência para apoio e orientação pelo Estado, de forma a se estimular a melhor estruturação e consequente elevação de renda dos empreendimentos nela inseridos.

CONCLUSÃO

A exclusão social compõe a gênese da história brasileira. Primeiramente, verificou-se pela opressão dos brancos europeus para com os nativos indígenas. Em seguida, da elite branca para com os negros trazidos da África em situação de escravidão. Como resultado direto desse processo tem-se o enraizamento do racismo, que o Brasil carrega como herança até os dias atuais, assim como o preconceito e discriminação com os indígenas, que foram dizimados, e até hoje vistos apenas como empecilho ao desenvolvimento. Certamente, muitas lacunas devem ainda ser sanadas e muitos obstáculos superados, realidade compreensível dada a conjuntura política e econômica, e da trajetória histórica da sociedade brasileira. Dentre as fragilidades, algumas destacam-se e merecem atenção especial. A necessidade de disseminação da compreensão do significado e do diferencial da economia solidária em detrimento da economia capitalista tradicional é imperativo, pois do contrário torna-se inviabilizada a possibilidade de afirmação desta pauta como política pública. Além disso, verifica-se que o fomento aos empreendimentos da economia solidária deve percorrer um ciclo planejado e estratégico, onde a linha de chegada ou finalização seja concomitante ao processo de emancipação do empreendimento, para que não se estabeleça um elo de dependência ou subordinação ao Estado ou a agentes públicos.

No caso brasileiro, a trajetória da política pública é marcada pela desigualdade e desequilíbrio político-espacial, uma vez que as regiões Norte e Nordeste destacam-se por desvantagem em quantitativo de incentivos e recursos governamentais, se comparadas com as outras regiões brasileiras, em especial as do eixo Sul e Sudeste. Sendo que tal realidade influencia significativamente na composição dos indicadores regionais brasileiros, restando as regiões Norte e Nordeste a ocupação de posições desvantajosas com relação aos indicadores de desenvolvimento de uma forma geral. Este estudo evidenciou a contribuição da economia solidária para a melhoria da renda dos empreendedores entrevistados pelo mapeamento conduzido pela SENAES, demonstrando o potencial do segmento para o combate à pobreza, apresentando ainda outros aspectos salutares, como a maior integração do grupo, o fortalecimento da ideia de autogestão e da democracia nas relações, o fortalecimento das comunidades locais e a conscientização e o comprometimento político. O redesenho de uma política que busque atender efetivamente às especificidades brasileiras é determinante para atingir uma maior abrangência nos resultados alcançados pelas políticas públicas nacionais. Trata-se de uma política específica e diferenciada, que de certa forma representa a negação de valores cancelados pela economia capitalista, pelo que é fundamental que exista uma atenção e cautela redobrada.

AGRADECIMENTO

Agradecemos o suporte ao estudo proporcionados pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP-BRASIL) e pela Universidade Trás-os-Montes de Alto Douro (UTAD-Portugal). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04011/2020.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. 1990. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*. A pobreza. Washington, D. C.: Banco Mundial.
- BARROS Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. 2000. *Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 15, Nº 42. Fevereiro, 2000.
- BLANK, Rebecca M. 2005. Poverty, policy, and place: How poverty and policies to alleviate poverty are shaped by local characteristics. *International Regional Science Review*, 28(4), 441-464.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. 1978. Debate sobre o Fim do Milagre (1975) e a Recessão Econômica de 1974-1979 (1976). In: *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Brasiliense.
- CARINHATO, Pedro Henrique. 2008. *Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil*. Aurora. Ano II, número 3 – dezembro de 2008. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_misclanea_01.pdf. Acesso em: 05/03/2021.
- COLE, George Douglas Howard. 1944. *A Century of Co-Operation*. Manchester: Co-operative Union Ltd.
- FREITAS, Tito Lívio Pinto de. 2013. *A exploração da castanha-do-brasil na Reserva Extrativista do Rio Cajari*. Dissertação de Mestrado. Macapá: Universidade Federal do Amapá.
- GAIGER, Luiz Inácio. 2007. A outra racionalidade da economia solidária: Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Ed 79. Dezembro de 2007.
- GAIGER, Luiz Inácio. 2009. Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, março 2009. (p. 81-99). Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/rccs_84_luiz_inacio_gaiger.pdf. Acesso em: 25/03/2021.
- GIOVANNI, Geraldo Di; PRONI, Marcelo Weishaupt. 2006. Metamorfoses do Estado, proteção social e cidadania. In: DEDECCA, C. S. e PRONI, M. *Economia e Proteção Social: textos para estudo* dirigido. Campinas: UNICAMP/IE. Texto 9 (p. 161-278)
- IVO, Anete Brito Leal. 2008. Políticas sociais, pobreza e trabalho: dilemas do bem-estar em países de capitalismo periférico. *Bahia Análise & Dados*: “Estado Brasileiro e políticas sociais: contribuições para o debate brasileiro”, v. 17, n.4, p. 1121-1133, novembro de 2008.
- LUIZÃO, Franciene Michele Consorte; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Economia solidária como política pública: alternativa à exclusão socioespacial. In: PITAGUARI, Sinival Osório; LANZA, Líria Maria Bettiol; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida (orgs.). 2012. *A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- MILBOURNE, Paul. 2014. Poverty, place, and rurality: Material and sociocultural disconnections. *Environmental and Planning A*, 46, 566-580.
- MORAIS, Edson Elias de; LANZA, Fábio. 2008. Economia Solidária: uma alternativa à relação de exploração capitalista. *Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas*. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/economia_solidaria_uma_alternativa_a_relacao_de_exploracao_capitalista.pdf. Acesso em 04/03/2021.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. 2011. *Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- PEREIRA, Elvira. 2019. Um olhar sobre a diferenciação territorial da pobreza em Portugal à luz da abordagem das capacidades de Amartya Sen. *Sociologia online*, n.º 19, junho 2019, pp. 51-80 | DOI: 10.30553/sociologiaonline.2019.19.3

- POCHMANN, Marcio. 2004. *Economia solidária no Brasil: Possibilidades e limites*. Nota Técnica da Revista Mercado de Trabalho: IPEA.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). 2012. *Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária (2003-2010)*. Brasília: Ministério do Trabalho e emprego.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). 2013. *Histórico da Economia Solidária*. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Brasília: Ministério do Trabalho e emprego.
- SEN, Amartya. 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da Silva; SCHIOCHET, Valmor. 2013. *Economia Solidária no Plano Brasil Sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema*. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, São Paulo, n. 54, p. 69-81, fev. 2013.
- SINGER, Paul. 2004. *Economia solidária no Brasil: Possibilidades e limites*. *Revista Mercado de Trabalho*. São Paulo: IPEA.
